

A INSUFICIÊNCIA DO SANEAMENTO BÁSICO PELA OCUPAÇÃO DESORDENADA E OS RISCOS À SAÚDE HUMANA NOS MUNICÍPIOS DE BAIXA RENDA

Luana de Jesus Praseres Coutinho

Especialista em DocenEPT

Instituto Federal de Roraima

Endereço institucional: IFMA

E-mail: luanapraseresc@gmail.com

RESUMO

O referente artigo trata-se do quanto o saneamento básico deve ser prioridade estabelecida pela gestão pública de um referente município, e também o quanto a intensidade do crescimento populacional, influência nas tomadas de decisões dessa gestão, devendo estar preparada e munida de ferramentas técnicas para suprir as necessidades da população atual e das gerações futuras; para isso é de extrema importância um planejamento incluindo conceitos sobre os indicadores ambientais necessários para o desenvolvimento de um município corretamente saneado.

Palavras-chave: Saneamento, Municípios, Gestão, Políticas Públicas, Planejamento

1 INTRODUÇÃO

O crescimento populacional no Brasil de forma geral vivência nas últimas décadas uma crescente aceleração, e tem representado um desafio constante na implementação de uma infraestrutura sanitária, no sentido de se utilizar ativamente a oferta adequada e estratégica dos sistemas de saneamento associada a industrialização, como também as questões políticas e econômicas, levando as áreas urbanas e rurais a um percentual de ocupação desordenada. Esses estando diretamente ligados faz com que falte ou inexista uma política habitacional eficaz. Portanto, a ocupação desordenada é um dos problemas contemporâneos que é agravado, sobretudo, pela constante falta de saneamento nas cidades de baixa renda. Por essa razão, a noção de "problemas de saúde" compõe uma ordem descritiva que serve para quantificar os estados possíveis nos indivíduos vivos em toda a extensão da biosfera (Freitas, 2003).

Esse quadro social desigual no Brasil, mesmo tendo sido atenuado nos

últimos anos, ainda está longe de uma situação de equilíbrio, sendo necessário, então que, se busque a resolução ou pelo menos atenuação a curto prazo de problemas, assim como, a implementação de medidas socioambientais que corrijam as discrepâncias de renda e de acesso a serviço no país (Ribeiro, 2008).

Sendo assim, a realização deste trabalho se justifica na abordagem efetiva, no que diz respeito, ao saneamento básico sendo ele uma prioridade de estado, que, muitas das vezes torna-se insuficiente em municípios onde a população é desordenada devido a uma gestão sem o planejamento adequado para o levantamento e a elaboração desse plano é insatisfatória.

2 METODOLOGIA

Esse trabalho visa descrever o saneamento básico para a gestão pública nos municípios, destacando a ocupação desordenada e os riscos à saúde populacional. Apresentando dificuldades e os desafios para a elaboração de um plano de saneamento básico efetivo em um município ou região. Detalhando o saneamento básico nos municípios de baixa renda relacionando-os com as doenças de veiculação hídrica e conhecendo um sistema de saneamento público eficaz, e juntamente a isso demonstrar os riscos à saúde pela omissão desse serviço.

Tendo encontrado uma diversidade de referências bibliográficas relacionadas ao tema em questão, a busca por um aprofundamento conciso e coerente foi primordial neste trabalho. Também foram analisadas buscas eletrônicas de dados, tais como: Google acadêmico, biblioteca virtual em saúde e saneamento, publicações científicas de revistas especializadas de circulação.

Além disso, foi possível considerar os resumos expandidos publicados em anais, seminários, conferências, congressos, simpósios de assuntos relacionados ao tema; e por fim, levou-se em conta os dados contidos em diversas fontes de pesquisas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É notória a abordagem de algumas situações inclusas no que deveria ser um Saneamento Básico sendo ele uma: “Prioridade de Estado” realidade essa pouco vivida pelos municípios que compõem o mesmo.

Destacaram-se primordialmente os riscos à saúde humana devido a insuficiência do saneamento nos municípios de baixa renda, também propôs a observância do cenário atual e de como deveria de fato ser a elaboração e o planejamento do saneamento, perante a gestão que o administra.

Nesse sentido salientamos que, a saúde pública deve ter como base o objetivo é a busca para soluções de problemas, uma vez que levam ao agravamento da qualidade de vida e da saúde da população, considerando também os sistemas sociocultural, ambiental e econômico.

Assim, a prática da saúde pública necessita do conhecimento científico de diversos campos e de profissionais capacitados, montando uma equipe multidisciplinar, fazendo essa empreitada juntamente com a Gestão Pública. As ações de saneamento básico estão inter-relacionadas, de forma que a implantação parcial de algumas atividades podendo comprometer a eficiência de outras, como no caso da ausência de um sistema de esgotamento sanitário inviabilizando diretamente ou encarecendo o sistema de abastecimento de água de uma comunidade municipal; depois de sua disponibilização, isso está diretamente ligado ao beneficiar à saúde pública através do abastecimento de água potável poderá ter um saldo negativo caso não tenha sido estruturada a implantação de esgotamento sanitário, ou seja tudo posteriormente dos seus municípios.

Portanto, para que este quadro se torne realidade, o poder público junto à sociedade precisa unir esforços, pois muitos recursos devem ser investidos para a execução de todas as obras que são necessárias, oriundas de um passivo acumulado ao longo dos anos pela falta de investimento no setor que é o saneamento básico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insuficiência do saneamento básico em municípios de baixa renda, especialmente devido à ocupação desordenada, representa um desafio significativo para a saúde pública e a qualidade de vida das comunidades locais. A falta de infraestrutura adequada e de conscientização sobre a importância do saneamento contribui para a propagação de doenças e a degradação ambiental. Portanto, é essencial que o saneamento básico seja tratado como uma prioridade de Estado, com investimentos e políticas públicas voltadas para a solução desses problemas, garantindo assim uma vida mais saudável e digna para todos os cidadãos.

ODS

Especificamente no que diz respeito à relação direta deste projeto de intervenção com a implementação local dos ODS, considero que a intersecção se dará com os *ODS 03, 04, 06*, tendo em vista os respectivas prioridades relacionadas.

O projeto dialoga prioritariamente com o ODS 6 - *Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos*, que visa alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade. Sobretudo, apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos".

Portanto, a efetivação do PI pretende proteger um dos bens maiores que são as Pessoas, bem como abranger o saneamento básico como prioridade de estado, evoluindo a política pública, a ser replicada com envolvimento e sucesso, com enfoque nos munícipes, não deixando ninguém para trás.



AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, minha querida mãe Roseilde de Jesus e ao Departamento de Pesquisa e Inovação e Pós- Graduação do IFMA.

REFERÊNCIAS

FREITAS, C. M. Problemas Ambientais, Saúde Coleta e Ciências Sociais. Ciências & Saúde Coletiva, v.8, n .1, p.137-150.2003.

GOUVEIA, N. Saúde e Meio Ambiente Nas Cidades: Os desafios da Saúde Ambiental. Saúde e Sociedade, v.8, n.1, p.49-61.1999.

OLIVEIRA WE. Resíduos sólidos e limpeza pública. In: Philippe Jr A, organizador. Saneamento do meio. São Paulo: FUNDACENTRO; 1992.P.81-114.

OLIVEIRA, MARIA VENDRAMINI CASTRIGNANO/ ANÉSIO RODRIGUES DE CARVALHO: Princípios básicos de saneamento do meio. 10 ed.rev.ampl.- São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2010.

RIBEIRO, W. C. Impactos das Mudanças Climáticas em Cidades no Brasil. Parcerias Estratégicas, Brasília, DF, N.27, dez. 2008.

[PMSS] Programa de Modernização do Setor Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos –1995. Brasília: MPOG.